

O Programa Social ID Jovem: considerações sobre a inclusão da população de baixa-renda na experiência turística

Resumo

Este artigo é resultado de pesquisa inicial para posterior elaboração de dissertação de mestrado sobre o Programa Social Federal ID Jovem e as possibilidades de inclusão da população de baixa-renda nas experiências turísticas. O Objetivo geral deste estudo foi analisar os instrumentos legais aplicados ao Programa Social ID Jovem para identificar de que forma estes instrumentos tratam a inclusão da população de baixa renda nas viagens e nos eventos artístico-culturais e esportivos. Propôs-se responder se, com base nos instrumentos legais aplicados ao ID Jovem, seria possível afirmar que ocorre a inclusão de cidadãos de baixa renda nas experiências turísticas. A metodologia deste artigo foi composta por pesquisa bibliográfica e análise documental dos instrumentos legais aplicados ao Programa Social Federal ID Jovem. Os resultados demonstram que o arcabouço legal aplicado ao programa está consolidado, embora a garantia do pleno gozo, pelos jovens, do direito da gratuidade e dos descontos previstos, depende de toda uma rede descentralizada de atendimento, apoio, concessão dos benefícios e fiscalização. Há questões conflitantes na legislação. Uma delas é o fato de se encontrar no Estatuto da Juventude e na Lei da meia-entrada, a exceção dos direitos de desconto para os grandes eventos como a Copa das Confederações, a Copa do Mundo, as Olimpíadas e as Paraolimpíadas, realizadas no Brasil. Outra questão conflitante pôde ser percebida ao observar que, de um lado, os programas sociais buscam conceder benefícios ligados aos direitos da população, e de outro, a recente reforma trabalhista retira direitos e flexibiliza a livre negociação entre trabalhadores e empregadores. Além disso, o exercício da cidadania pela população, desde jovem, pode assegurar que seus direitos sejam respeitados e cumpridos. Este exercício passa pelo conhecimento pleno das leis que se aplicam aos programas sociais federais e pela busca de seus direitos, demandando a gratuidade e os descontos, de maneira que tais políticas públicas sociais se reafirmem, se adaptem e se reformulem, se necessário, com o passar do tempo.

Palavras-chave: programas sociais federais; Id Jovem; inclusão; população de baixa-renda; Nova Friburgo/RJ.



XVII Seminário ANPTUR

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

IMPACTOS DA PESQUISA E DA
PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO E
HOSPITALIDADE NA SOCIEDADE

02 A 04 DE DEZEMBRO DE 2020
WEBSEMINÁRIO
ANAIS ANPTUR | ISSN 2359-6805